

O PAPEL DOS INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA NAS CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS

Introdução

A Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável - DS apresentam conceitos entretamente conectados, mas com minúcias significativas. Enquanto a sustentabilidade refere-se ao estado de equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais, o desenvolvimento sustentável é a estratégia utilizada para atingir este equilíbrio, envolvendo a adoção de práticas que contemplam os três pilares da sustentabilidade: a) a utilização consciente dos recursos naturais, que busca reduzir o consumo e incorporar a reutilização e a reciclagem dos materiais, b) buscar soluções que viabilizem o alcance da eficiência e a redução do impacto ambiental através da inovação tecnológica e c) engajar a participação da sociedade na busca por um futuro sustentável em todos os níveis, tornando possível um futuro mais justo e equilibrado para todos (FEIL, A.A., SCHREIBER, D., 2017).

Neste contexto as Instituições de Ensino Superior (IES), principalmente as Universidades Federais Brasileiras (UFB), exercem uma função significativa na promoção da sustentabilidade (ALEIXO, LEAL E AZEITEIRO, 2018). De acordo com Rossato et al. (2009), um dos papéis sociais para a comunidade é qualificar e preparar os indivíduos, que ao se tornarem profissionais envolvidos e comprometidos com as questões sustentáveis, colaborem para a construção de uma sociedade modelar, igualitária e por consequência mais justa.

Visando a promoção da sustentabilidade, a pergunta-problema da pesquisa é: a administração pública, através das Universidades Federais Brasileiras, têm buscado a adoção de instrumentos de governança em suas contratações? Principalmente no seguimento a tendência mundial proposta de Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da Organização das Nações Unidas (PAES et al., 2019). E o Estado, como grande consumidor e tendo na escala global de suas compras públicas uma parcela significativa na composição do Produto Interno Bruto (PIB), que vem atingindo patamares que variam em média cerca de 15% dos países que constituem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e 30% em países que ainda se encontram em estágio de desenvolvimento. No caso brasileiro, esse percentual representa aproximadamente 20% do orçamento governamental aplicado (CAVALCANTI et al., 2017).

A partir desta breve contextualização, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar o nível de implementação dos instrumentos de governança em relação as compras e contratações das UFB. Para que o objetivo fosse alcançado, esta pesquisa foi estruturada em seis partes a iniciar-se nesta parte introdutória. A seguir, a fundamentação teórica apresenta os componentes científicos que embasam a pesquisa. Na seção três, são explicitados a metodologia empregada para o alcance do objetivo traçado. Posteriormente, na seção quatro são apresentadas as análises e discussão dos resultados. Na seção cinco são apresentadas as considerações finais e encerra na seção seis com as referências utilizadas.

Fundamentação Teórica

As discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável - DS teve início na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), realizada na Suécia, na cidade de Estocolmo, em 1972, onde foi produzida a Declaração das Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, recebendo destaque com a publicação,

em 1987, do relatório *Brundtland* com a seguinte significação: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Foi a partir da publicação deste importante relatório que o termo “Desenvolvimento Sustentável” foi apresentado mundialmente, permitindo a disseminação conceitual do DS.

E no ano de 2015 a proposta de agenda intitulada “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, foi aprovada e subscrita por 193 (cento e noventa e três) Estados-membros, consistindo de 01 (uma) Declaração, 17 (dezesete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, 01 (uma) seção sobre meios de implementação e uma renovada parceria mundial, além de 01 (um) mecanismo para avaliação e acompanhamento.

Os 17 (dezesete) ODS são diversos, contudo é importante destacar que o ODS 12: Produção e Consumo Sustentáveis, consiste em garantir padrões de produção e consumo sustentáveis. Neste objetivo, a meta 12.7, tem o intuito de promover práticas de compras sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais (CABRAL, V. N., GUERRIERI, D. C., 2023).

Portanto, através das contratações sustentáveis de bens e serviços, os órgãos governamentais têm a possibilidade de sinalizar ao mercado a favor da sustentabilidade, aliando aos critérios ordinários os quesitos ambientais e sociais (OLIVEIRA; SANTOS, 2015). Neste cenário, conclui-se que as Universidades Federais Brasileiras, assim como toda a Administração Pública, devem sempre atentar para o que consomem e o quanto consomem (KIHARA, B. M. T., MOURA-LEITE, R., LOPES, J. C. J., 2019).

No Brasil, existem diversas legislações para este fim, em especial a Lei 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. De modo que as aquisições seguem princípios de justiça, equidade, transparência, competitividade e custo-benefício. Com o setor público está concentrado no bem-estar social, isso o torna mais disposto a buscar a sustentabilidade (WALKER E BRAMMER, 2012).

Diante do exposto, as compras públicas sustentáveis, além de observar os aspectos legais da Administração Pública ainda tem como finalidade incentivar o desenvolvimento nacional sustentável englobando critérios sociais, ambientais e econômicos na aquisição dos bens e serviços (PONTAROLLI; OLIVEIRA, 2019). Nessa direção, é interessante destacar que a própria legislação que versa sobre os procedimentos licitatórios e contratos administrativos tem dentre os seus objetivos incentivar o desenvolvimento nacional sustentável (ROSARIO et al., 2023).

As compras públicas sustentáveis incorporam segundo Pinto (2022) critérios como: melhor valor, garantia dos direitos humanos e trabalhistas, melhor qualidade, eficiência, ciclo de vida do produto, entre outros elementos. Assim “as compras públicas sustentáveis empregam requisitos, critérios, diretrizes que são capazes de estimular direta ou indiretamente as formas como são produzidos, utilizados e descartados os bens, em favor da proteção dos recursos ambientais” (PINTO, 2022, p.34). Em síntese, projetar um futuro humano e sustentável, é necessária uma mudança de paradigma no ensino superior, com uma concepção sistêmica que enfatize a colaboração em detrimento da competitividade (CHAGAS, 2022).

Metodologia

A estrutura metodológica utilizada nesta pesquisa científica quanto a natureza, abordagem, temporalidade, objetivos, procedimentos técnicos, instrumento de coleta, ferramenta utilizada no instrumento de coleta e o tratamento e análise dos dados encontra-se ilustrada na Figura 1.

Figura 1 - Estrutura Metodológica da Pesquisa Científica



Fonte: autores

Na definição da população-alvo de uma pesquisa de levantamento, normalmente utilizam um número que é dado por cálculo estatístico, a fim de obter-se uma amostragem próxima de uma margem de acerto e distante de uma margem de erro. O cálculo amostral deve ser muito criterioso, pois, em uma pesquisa como essa, não se consegue investigar a totalidade absoluta da população (CARVALHO et al., 2019). Neste sentido, o universo da população nesta pesquisa e sua respectiva amostra representativa, retirada para a investigação neste estudo estão representados na Tabela 1.

Tabela 1 - População-alvo da Pesquisa nas Universidades Federais Brasileiras

Descrição da População-alvo	População Total	Amostra	% Amostra
Pró-Reitores de Planejamento ou Administração e similares	69	28	40
Membros da Equipe da Pró-Reitoria de Planejamento ou Administração e similares	138	55	40
Total Geral	207	83	-

Fonte: autores

O plano de amostragem traz a amostra da população deste estudo com a descrição do instrumento utilizado como técnica de coleta de dados, a característica da amostra e o seu tipo, conforme ilustrado pela Tabela 2.

Tabela 2 - Plano de amostragem do estudo nas Universidades Federais Brasileiras

Descrição da População-alvo	Técnica de Coleta de Dados	Amostra	Tipo da Amostra
Pró-Reitores de Planejamento ou Administração e similares	Questionário	Não-probabilística	Intencional
Membros da Equipe da Pró-Reitoria de Planejamento ou Administração e similares			
Membros da Comissão de Elaboração, Implementação e Avaliação do PLS			

Fonte: autores

Observando a Tabela 2 sobre o plano de amostragem deste estudo, foram adotadas amostras não-probabilísticas intencionais para o população-alvo, onde a técnica utilizada para coletar os dados fundamentais para este estudo foi a aplicação de questionários. Sendo realizado o pré-teste do roteiro de questionário com o público-alvo do estudo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, o que possibilitou realizar alguns ajustes na estrutura das perguntas do instrumento de coleta de dados, logo após o projeto de pesquisa ter sido aprovado pelo Comitê de Ética da Pesquisa - CEP da UFRRJ através do Parecer consubstanciado nº 7.569.641.

Quanto ao mapeamento das Universidades Federais Brasileiras - UFB envolvidas no estudo por região do Brasil, é constituído por 69 universidades federais brasileiras existentes atualmente, segundo o Ministério de Educação (MEC) e que foram previstos participarem com sua população-alvo do estudo. Sendo 8 universidades federais situadas na região Norte, 20 universidades federais distribuídas na região Nordeste, 8 universidades presentes na região Centro-Oeste, 19 universidades federais estabelecidas na região Sudeste e finalmente, 11 universidades federais instaladas na região Sul do país.

Análise e Discussão dos Resultados

A coleta de dados quantitativos contou com a participação efetiva de 37 universidades, que representaram 53,62% da população total de universidades federais brasileiras.

Com o propósito de explorar e descrever as descobertas da pesquisa, bem como evidenciar informações relevantes para o objetivo do estudo, os resultados são analisados e discutidos de acordo com a categoria de análise que norteia a investigação das contratações nas UFB. Na continuidade na apresentação e discussão dos resultados, a Tabela 3 ilustra os resultados consolidados obtidos a partir das respostas ao questionário aplicado na pesquisa de campo, que teve como finalidade descrever o nível de implementação dos instrumentos de governança elencados no art. 6º do capítulo III da Portaria nº 8.678/2021 - SEGES/ME e empregados nas contratações das universidades federais participantes da pesquisa.

Ao analisar os níveis de implementação dos instrumentos de governança em relação as compras e contratações no âmbito das universidades federais pesquisadas, observa-se um equilíbrio entre o grupo 1 de frequências “Totalmente implementada” e “Implementada em sua maioria” quando somadas e comparadas ao grupo 2 de frequências “Implementada em sua minoria”, “Não foi implementada” e “Sem opinião”, resultando no placar de 5 a 4 a favor do grupo 1.

Observado inicialmente este equilíbrio de caráter geral referente aos resultados obtidos através do instrumento de coleta de dados da pesquisa, seguiremos com as análises dos grupos 1 e 2 descritos anteriormente.

Os critérios que foram considerados positivos a partir do nível de implementação dos instrumentos de governança do grupo 1 foram: a) Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS, onde 28 (68,29%) dos participantes afirmaram estar totalmente implementado e/ou implementado em sua maioria; b) Plano de Contratação Anual - PCA, foi totalmente implementado e/ou implementado em sua maioria para 33 (80,49%) participantes da pesquisa; c) Gestão de riscos e controle preventivo, onde 25 (60,98%) participantes afirmaram estar totalmente implementado e/ou implementado em sua maioria; d) Diretrizes para a gestão de contratos, foi totalmente implementado e/ou implementado em sua maioria para 31 (75,61%) participantes da pesquisa; e) Definição de estrutura da área de contratações públicas, onde 30 (73,18%) dos participantes afirmaram estar totalmente implementado e/ou implementado em sua maioria.

Tabela 3 - Distribuição de frequência do nível de implementação dos instrumentos de governança previstos na Portaria nº 8.678/2021 - SEGES/ME em relação compras e contratações no âmbito das universidades federais brasileiras

Instrumentos de governança	Frequência do nível de implementação dos instrumentos de governança										Total	
	Totalmente implementada		Implementada em sua maioria		Implementada em sua minoria		Não foi implementada		Sem opinião		Freq.	%
	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%	Freq.	%		
Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS	7	17,07	21	51,22	4	9,76	8	19,51	1	2,44	41	100
Plano de Contratação Anual - PCA	23	56,10	10	24,39	2	4,88	1	2,44	5	12,20	41	100
Política de gestão de estoques	6	14,63	7	17,07	7	17,07	7	17,07	14	34,15	41	100
Política de compras compartilhadas	4	9,76	15	36,59	8	19,51	6	14,63	8	19,51	41	100
Gestão por competências	3	7,32	16	39,02	4	9,76	7	17,07	11	26,83	41	100
Política de interação com o mercado	1	2,44	6	14,63	11	26,83	9	21,95	14	34,15	41	100
Gestão de riscos e controle preventivo	11	26,83	14	34,15	8	19,51	3	7,32	5	12,20	41	100
Diretrizes para a gestão de contratos	14	34,15	17	41,46	2	4,88	1	2,44	7	17,07	41	100
Definição de estrutura da área de contratações públicas	15	36,59	15	36,59	1	2,44	3	7,32	7	17,07	41	100

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados obtidos nos questionários aplicados

Os resultados obtidos pelo grupo 1 demonstram uma evolução importante e altamente positiva a medida que os instrumentos ali contidos e implementados tendem a romper com o modelo tradicional das contratações públicas e faz com que a governança no setor público adote em seu processo de aquisição de bens e serviços critérios que considerem aspectos ambientais, sociais e econômicos (ROSARIO et. al., 2023).

Considerações Finais

Na perspectiva dos instrumentos de governança pode-se concluir que sua total implementação é fundamental para a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade nas aquisições e na estruturação da logística sustentável da instituição. Merece destaque pelo considerável grau de implementação, o Plano de Contratação Anual - PCA, principalmente porque demonstra maturidade no planejamento das demandas e permite uma avaliação criteriosa e a sua posterior inserção no cronograma de aquisições. Contudo, o resultado demonstra um grande desafio para as universidades federais brasileiras e um percurso ainda longo a ser percorrido.

Conclui-se que na realização do estudo a gestão pública sustentável alicerçada pelos critérios de sustentabilidade contemplados nos instrumentos de governança, ambos presentes na legislação brasileira tanto contribui com as aquisições de bens e serviços sustentáveis realizadas pelas universidades federais como para o avanço da bioeconomia circular em nosso país e também para o alcance dos ODS da Agenda 2030. Portanto, esse conjunto de contribuições irão promover o desejado desenvolvimento nacional sustentável.

Referências

ALEIXO, A. M.; LEAL, S.; AZEITEIRO, U. M. **Conceptualization of sustainable higher education institutions, roles, barriers, and challenges for sustainability: an exploratory study in Portugal.** Journal of Cleaner Production, v. 172, p. 1664-1673, 2018.

- CABRAL, V.N.; GUERRIERI, D. C. **Plano de gestão de logística sustentável na administração pública federal brasileira: uma revisão sistemática da literatura.** 2023. Revista Contribuciones A Las Ciencias Sociales. Disponível em: < DOI: 10.55905/revconv.16n.8-268> Acesso em: 12/03/2025.
- CARVALHO, L. O. et al. **Metodologia científica: teoria e aplicação na educação a distância.** Petrolina-PE: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2019, 83 p.
- CAVALCANTI, D. et al. **Compras públicas sustentáveis: diagnóstico, análise comparada e recomendações para o aperfeiçoamento do modelo brasileiro.** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL): Santiago, 2017.
- CHAGAS, M. A. **Política ambiental na Amazônia e as epistemologias do Sul** [livro eletrônico]. Florianópolis: Autores do Brasil, 2022.
- FEIL, A. A.; SCHREIBER, D. **Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados.** Artigos • Cad. EBAPE.BR 15 (3) • Jul 2017. Disponível em:<<https://doi.org/10.1590/1679-395157473>> Acesso em: 05/03/2025.
- KIHARA, B. M. T.; MOURA-LEITE, R.; LOPES, J. C. J. **Compras e Contratações Sustentáveis das Universidades Federais Brasileiras.** Centro Universitário Santo Agostinho. Revista FSA, v.16, n.1, art.2, p.27-53, jan/fev. 2019. ISSN Impresso: 1806-6356, ISSN Eletrônico: 2317-2983. Disponível em:<<http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1669>> Acesso em: 10/03/2025.
- OLIVEIRA, B. C. S. C. M, SANTOS, L. M. L. **Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável.** Revista de Administração Pública. v. 1, n. 49, p. 189-206, Rio de Janeiro, 2015.
- PAES, C.O.; ZUCOLOTO, I.E.; ROSA, M.; COSTA, L. **Práticas, benefícios e obstáculos nas compras públicas sustentáveis: uma revisão sistemática de literatura.** 2019. RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental. ISSN: 1981-982X. DOI: <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v13i2.1798>
- PINTO, A. P. M. **Compras públicas sustentáveis: uma análise sobre a possível limitação aos princípios da isonomia e da competitividade em face da promoção do desenvolvimento nacional sustentável.** Brasília, 2022. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Profissional de Direito, Escola de Direito e Administração Pública, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2022.
- PONTAROLLI, G. L.; OLIVEIRA, A. G. d. **Compras públicas sustentáveis: o agir do estado para além da função administrar.** Qualitas Revista Eletrônica, v.19, n.1, jan./abril, 2019.
- ROSARIO, E. L. C.; LOPES, A. E. M. P.; MIRANDA, I. C. R. F. **Compras públicas como indutora do desenvolvimento sustentável.** Economia Ecológica, território e desenvolvimento sustentável: perspectivas e desafios - ISBN 978-65-5360-285-4 - Vol. 2 - Ano 2023 - Editora Científica Digital. <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/230211959>
- ROSSATO, J. et al. **Gestão ambiental como fator de sustentabilidade para Instituições Federais de Ensino Superior.** In: XI Encontro Nacional e I Encontro Internacional sobre Gestão e Meio Ambiente. 2009, Fortaleza/CE. Anais... Fortaleza/CE, 2009.
- WALKER, H., BRAMMER, S. (2012). **The relationship between sustainable procurement and e-procurement in the public sector.** International Journal of Production Economics, 140(1), 256-268.